

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.637 - RS (2019/0304764-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOP DE SERV
MÉDICOS LTDA
ADVOGADOS : CÁSSIO AUGUSTO VIONE DA ROSA - RS050660
BERNARDO FRANKE DAHINTEN - RS081107
AUGUSTO FRANKE DAHINTEN - RS081108
DAYAN SCHIEFELBEIN - RS112781
RECORRIDO : ANTONIETA VACCARI SUSIN
ADVOGADOS : CÉSAR EDUARDO PEROTTONI - RS070115
MANILA SCOPEL SILVESTREIN - RS069382

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOP DE SERV MÉDICOS LTDA, contra acórdão assim ementado (fls. 273/274):

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. PLANO DE SAÚDE INDIVIDUAL. REGULAMENTADO. AÇÃO REVISIONAL. REAJUSTE POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. ABUSIVIDADE CONFIGURADA.

REAJUSTES EM DESACORDO COM A CONSU N2 06/1998 DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE.

1) Trata-se de ação revisional através da qual a parte autora postula o cancelamento do reajuste da mensalidade do plano de saúde em função da faixa etária, julgada procedente na origem.

2) Os contratos de seguro e de planos de assistência à saúde devem se submeter às disposições do Código de Defesa do Consumidor, na medida em que tratam sobre relações de consumo, nos termos do artigo 32, §2º, da legislação consumerista, bem como em face do disposto na Súmula 469 do colendo Superior Tribunal de Justiça.

3) A Lei Federal nº 9.656/98, especialmente em seu artigo 35-E, §22, dispõe que os reajustes dos valores das mensalidades dos planos de saúde deverão ser realizados de acordo com as normas da ANS. Contudo, quanto aos contratos coletivos não há qualquer vinculação aos percentuais fixados pela ANS, pelo contrário, a própria agência reguladora estabelece que os reajustes das contraprestações estabelecidas nestes contratos podem ser livremente pactuados entre

a operadora e a contratante.

4) Segundo entendimento firmado no S71, através do julgamento do RESp n. 1.280.211/SP, nos contratos de plano de saúde coletivos o reajuste de mensalidade por mudança de faixa etária de segurado idoso, não pode, por si só, ser considerado ilegal ou abusivo, devendo ser avaliado se houve previsão contratual de alteração, foram aplicados percentuais razoáveis, que não visem, ao final, a impossibilitar a permanência da filiação, se houve observância do princípio da boa-fé objetiva, bem como se foram preenchidos os requisitos estabelecidos na Lei n. 9.656/1998.

5) No caso em comento verifica-se que os reajustes decorrentes da alteração da faixa etária sobre a mensalidade do plano de saúde da parte autora ao completar 60 anos e 70 anos, discriminados na Tabela Contratual de fls. 102, e corroborado com as planilhas do efetivo aumento acostadas pela demandada (fls. 112/114) verifica-se que não atendem aos requisitos dispostos na CONSU n2 06/1998.

6) Em que pese na tabela de fl. 102, conste o reajuste decorrente da alteração da faixa etária ao 60 anos no percentual de 31,58%, não foi este o reajuste utilizado pela demandada, pois da fl. 112, verifica-se que quando da alteração da faixa etária ára 60 anos a parte autora teve um reajuste no montante de 76%.

7) Consoante a tabela acima especificada (fl. 102), verifica-se que os percentuais de reajustes decorrentes da alteração da faixa etária não atendem o disposto no art. 22 da Resolução do Conselho de Saúde Suplementar n2 06/98 art. 22.

8) Ademais, consoante os percentuais de reajustes constantes da Tabela de fl. 102, o índice de variação acumulada entre a primeira e a última faixa etária corresponde a 6,26, ou seja, conforme estabelece a CONSU 06/98.

9) Desta feita, os referidos reajustes aplicados ao caso concreto, quando da alteração para as idades 60 e 70 anos de idade, não estão dentro dos limites da razoabilidade e proporcionalidade, além de atender o comando da Resolução n. 06/98, que regula a espécie. Logo segue mantida a r. sentença de origem na íntegra.

APELO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 318/326).

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do especial, a recorrente alega, entre outros argumentos, afronta aos arts. 1.022, II, e 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre: I) a preliminar de decadência, pois o "artigo 179 expressamente estipula o prazo decadencial de dois anos para pleitear anulação de ato já concluído" (fl. 336); e II) "absolutamente inaplicável a CONSU nº 06/98 à contrato firmado em 01/07/1996" (fl. 335).

Passo a decidir.

Assiste razão à recorrente.

O acórdão recorrido efetivamente foi omissos, não abordando as questões supracitadas e a omissão não foi suprida, a despeito da oposição de embargos de declaração.

Em face do exposto, prejudicada a análise das demais questões, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, dou provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem, com vistas ao julgamento das questões postas em discussão desde a apelação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora